

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa**. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007. 334p.

Ronaldo de Oliveira BATISTA<sup>1</sup>

O século XVI, momento da emergência das nações européias, que então se estabeleciam com autonomia política, teve como uma de suas mais marcantes características, no campo dos estudos sobre línguas e linguagem, a afirmação e elevação dos idiomas nacionais como elemento importante para caracterizar a unidade e possível hegemonia de uma nação. E Portugal é um caso exemplar desse espírito da época. Os quinhentos viram a iminente nação portuguesa estabelecer-se como potência econômica, e o idioma português passou a ser instrumento da afirmação da unidade e também da diversidade e superioridade portuguesas diante de outros povos e outras línguas. Os primeiros gramáticos da língua portuguesa, Fernão de Oliveira (1507-1580/81?) e João de Barros (1496?-1570/71?), tornaram-se verdadeiros combatentes em favor da singularidade da língua portuguesa. Perseguindo o ideal de elevação da nação, Oliveira e Barros colocaram-se como combatentes ao estabelecer, via gramáticas, uma espécie de campo de batalha linguístico entre o português e outras línguas. Em meio aos empreendimentos em busca da elevação do português, a época também conheceu um certo desprezo pela língua de Oliveira e Barros, apontada como idioma de pobreza vocabular. Tal consideração gerou uma série de comentários por parte dos primeiros gramáticos e a necessidade de valorização do idioma. As opiniões negativas foram rebatidas por João de Barros, que apontou os motivos de grandeza da língua portuguesa: riqueza vocabular; filiação latina; gravidade e majestade; sonoridade agradável; capacidade de abstração, possível alargamento do vocabulário por meio de empréstimos.

A defesa da língua portuguesa nos quinhentos também foi objeto dos primeiros ortógrafos da língua. Pero Magalhães de Gândavo (?-1579), no *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa* de 1574 (complemento das suas *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthografia da Língua Portuguesa*), confrontou as opiniões do português Petrónio e do castelhano Falêncio sobre as questões da

---

<sup>1</sup> Curso de Letras, Centro de Comunicação e Letras, UPM, São Paulo, SP, Brasil. ro\_batista@uol.com.br

linguagem. No *Diálogo*, Gândavo ressaltou, em oposição ao castelhano, as possibilidades da língua portuguesa como veículo de cultura e do lirismo da boa literatura. Duarte Nunes de Leão (ca. 1530-1608), na *Orthographia da Língua Portuguesa* (1576) e na *Origem da Língua Portuguesa* (1606), também fez referência às qualidades do português: expressividade, vocabulário rico e aberto a inovações, assim como sua dificuldade, que, no século XVI, era sinal de nobreza e, conseqüentemente, superioridade do português em relação a outras línguas que não possuísem tal “qualidade”.

E é exatamente em torno desse universo do pensamento linguístico que se descortina a obra da professora de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, Marli Quadros Leite. O livro publicado em 2007 é o resultado do desenvolvimento de uma tese de livre-docência. No trabalho da autora, observamos com detalhes instigantes, relacionando aspectos da história do pensamento gramatical a aspectos de caráter histórico e social, e análise cuidadosa o momento em que a língua portuguesa entrava definitivamente no processo de gramatização, estabelecido de fato pela publicação de suas duas primeiras gramáticas.

Seguindo bases teórico-metodológicas da Historiografia Linguística, propostas sobretudo pelo francês Sylvain Auroux e por Pierre Swiggers, centradas em conceitos como *gramatização*, *instrumentos linguísticos* e *engajamento normativo*, a autora revisa com competência uma tradição de historiografia do pensamento gramatical português que colocou como nome central o da portuguesa Maria Leonor Carvalhão Buescu (1932-1999) – reconhecida por seus trabalhos sobre Oliveira e Barros e também pelas edições críticas que realizou das primeiras gramáticas da língua portuguesa. O que se observa nessa ‘tradição’ de trabalhos historiográficos é um empreendimento em torno de buscar as raízes do saber gramatical português e procurar entender de que forma os dois primeiros gramáticos portugueses projetaram diferentes olhares para um momento crucial da construção de uma identidade linguística portuguesa. Tal aspecto é reconhecido na historiografia linguística como “a questão da língua”, colocando em foco a simbiose entre a construção de uma identidade social e política e a construção de uma identidade linguística, que se dava em torno de um embate entre descrição e prescrição sobre aspectos e fenômenos da língua portuguesa.

Nesse sentido, a obra de Leite (2007) coloca-se como singular ao privilegiar o embate entre norma e uso linguísticos nesses primeiros momentos de formação de um pensamento gramatical a respeito da língua portuguesa. Os aspectos constituintes de abordagens em torno do estabelecimento de normas linguísticas ou a

observação das formas de fato em uso no português do século XVI são vistos pela autora em duas obras muito próximas no tempo e no seu contexto de produção (sendo assim, frutos de um mesmo clima de opinião); no entanto diversas em suas propostas de codificar gramaticalmente uma língua diante da observação do uso e do estabelecimento de uma norma reconhecida com o peso da prescrição.

Assim, ao retomar pontos de observação que já foram alvos de reflexão de reconhecidos trabalhos de Buescu, Leite coloca-se frontalmente em relação à estudiosa, ao apontar um lugar central e avaliado bastante positivamente para Fernão de Oliveira, visto pela autora como um estudioso da linguagem, reservando a João de Barros o papel de mantenedor, como bom historiador, de uma tradição que ele acatou sem os questionamentos que poderiam ter surgido diante das especificidades da língua portuguesa quinhentista.

Já na parte introdutória de seu livro – “Primeiras anotações” (p. 21-29) – Leite deixa claro o posicionamento que assumirá ao longo do trabalho e que explicitamos no parágrafo anterior. Nas primeiras páginas, a autora se propõe estabelecer um estudo sobre a “língua gramatical” (constituída em torno da formulação de uma metalinguagem própria do tratamento gramatical) e a construção da norma linguística por meio da observação das gramáticas pioneiras do universo português. São também delimitados o material de observação e o quadro teórico, definindo o trabalho como uma historiografia de natureza interna, interessada em compreender abordagens e métodos de descrição e análise da língua empreendidos pelos gramáticos. O foco não está no contexto de produção das obras, mas no conteúdo linguístico delas.

Caracterizando o desenrolar de uma tradição de longa duração no pensamento linguístico ocidental, a produção gramatical portuguesa quinhentista é devedora de toda a tradição gramatical da Antiguidade clássica. E são esses momentos de fundação, o berço da gramática ocidental, que são revisitados, por Leite, no capítulo I – “Os manuais de gramática e sua importância social e linguística” (p. 35-75) – por meio de uma retomada das bases filosóficas, retóricas e filológicas de um saber que se conformaria como o eixo norteador da tradição de descrição de língua no Ocidente, reconhecido pela expressão *Gramática Tradicional*.

A passagem dessa tradição para a formação da identidade linguística portuguesa começa a ser analisada no capítulo II – “A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI” (p. 77-111). Nesse capítulo é feito o recorte de observação para o universo gramatical português, o período quinhentista e o clima de opinião da época. Reconstrói-se, assim, o período humanista e suas características, como a

valorização do homem e de sua natureza, a história dos feitos humanos, a elevação das línguas vernáculas a idiomas nacionais. Comenta-se sobre a inversão de perspectiva no trato da língua, já que há a formação de um novo público leitor, e se encontra a passagem do oral para o escrito na história do registro da língua portuguesa, uma vez que a língua colocava-se oficialmente no sistema da escrita, por meio do discurso gramatical fundador. Com a autora, chegamos a interessantes conclusões como a de que, ao contrário de Oliveira, Barros conformou-se mais às diferentes ideologias de sua época em diferentes campos. Não foi um inconformado como Oliveira, daí, inclusive, sua obra passar indiscutivelmente como o discurso gramatical fundador. Ainda cabem reflexões a respeito do papel de Oliveira, já que ele mesmo descreve sua obra como uma *anotação*. E fica a polêmica na história dos estudos sobre a linguagem: quem é de fato o primeiro gramático português? A autora assume a postura de colocar Oliveira como um autor do universo linguístico, ao passo que Barros, pela sua própria caracterização classicizante é considerado um historiador que tratou da língua, atualizando o modelo clássico greco-latino para o sistema linguístico português.

O capítulo III – “Da gramática greco-latina às gramáticas portuguesas” (p. 113-184) – trata com mais detalhes analíticos da gramaticografia portuguesa. Coloca-se, nesse capítulo, a questão da influência, tão cara aos estudos da historiografia linguística. A autora realiza, então, o que indicava como seu objetivo crucial no capítulo introdutório: a análise historiográfica do conteúdo das gramáticas, de abordagens e métodos, tendo em vista observar a presença e a função do uso linguístico e suas relações com a normatividade. Na Historiografia Linguística, é possível situar trabalhos em programas de investigação que colocam autores e suas obras num sistema de relações, eliminando, assim, a apreensão da história em torno do olhar estritamente linear. Ainda que a autora não lance mão desse conceito, é possível observar no capítulo o enquadramento da gramaticografia portuguesa, em seus primeiros momentos, num programa de investigação de feição descritiva, que teria que rever seus processos gramaticais em torno de norma e uso, estabelecendo uma tradição de pesquisa que encontra suas propostas fundadoras na gramática greco-latina, diálogo motivado pela busca de um modelo clássico, tão ao sabor do período renascentista.

Os capítulos seguintes – IV, “Fernão de Oliveira e a *Grammatica da lingoagem portuguesa*” (p. 185-224); V, “João de Barros e a *Gramática da língua portuguesa*” (p. 225-273); VI, “Fernão de Oliveira e João de Barros: confrontes e contrastes” (p. 275-307) – colocam em uma perspectiva mais detalhada as con-

cepções de língua que podem ser vislumbradas pelos trabalhos dos gramáticos e põem em pauta a discussão sobre o estabelecimento de uma norma e a observação dos usos da língua, questão que é complementada por uma análise da estrutura e do conteúdo dos exemplos utilizados pelos gramáticos. Já os confrontos e contrastes encerram, por assim dizer, as reflexões da autora, pontuando o que se concebe, a partir do trabalho dos dois gramáticos, como o momento pioneiro de gramatização da língua portuguesa.

As “Anotações derradeiras” (título que retoma, assim como o capítulo introdutório, nomeações utilizadas por Oliveira em sua gramática de 1532), uma breve conclusão, possibilita-nos retomar as ideias desenvolvidas com competência pela autora e nos permite afirmar que a investida historiográfica de Leite lança alguns fundamentos apropriados para que se trace e analise a constituição portuguesa do instrumento gramática em meio a um paradoxo de aparente falta de solução: a gramática deve “impor regras para o *uso da língua* sem, no entanto, descrever, efetivamente, a *língua em uso*”, como já apontava a autora em meio a reflexões iniciais de seu trabalho.